ANAIS

III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS

III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS

III CEPIAL
CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA
Semeando Novos Rumos

Eixo 4

"CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA"

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

MR4.1. Sociedade e Cultura de Fronteira

EMENTA

Esta mesa propõe-se a discutir fronteiras no Prata, contemplando diferentes temporalidades e espacialidades com enfoques voltados aos guaranis, às missões jesuíticas, aos migrantes dos séculos XIX e XX e às ideologias nacionalistas e de integração. Poderão ser trazidos ao debate estudos e reflexões que apontam para relações sociais transfronteiriças, para vivências à margem das intencionalidades oficiais e de discursos hegemônicos. A composição da mesa proposta atentou para a inserção interinstitucional, para a interdisciplinaridade e vínculos com programas de pós-graduação que trabalham com fronteiras.

Coordenador: Valdir Gregory – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - BRASIL)
Carmen Curbelo: Universidad de la Republica Uruguay - (UDELAR - URUGUAY)
Erneldo Schallenberger – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – BRASIL)
Jones Dari Goeter: Universidade Federal da Grande Dourados - (UFGD - BRASIL)
Ricardo Carlos Abinzano: Universidad Autónoma de Misiones – (ARGENTINA)

RESUMOS APROVADOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LATINO-AMERICANO: O TRADICIONALISMO E A IDENTIDADE GAÚCHA **(autor(es/as): Ana Carolina Rios Gomes)**
O RAP ENTRE FRONTEIRAS: PRÁTICAS ESTÉTICO-MUSICAIS LATINO AMERICANAS (autor(es/as): Angela Maria de Souza)
REMANESCENTES DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DE NOSSA SENHORA LORETO E SANTO INÁCIO MINI NA PROVÍNCIA DO GUAIRÁ-1608-1639 **(autor(es/as): BERENICE SCHELBAUER DO PRADO)**
O CIRCUITO ROCKEIRO NA TRÍPLICE FRONTEIRA **(autor(es/as): Franciele Cristina Neves)**
A SOCIEDADE DE CONSUMO: ANÁLISES NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI **(autor(es/as): Luana Caroline Künast Polon)**
Cortando a cerca: uma escola do campo frente a multiculturalidade contemporânea **(autor(es/as): Lydia Maria Assis Brasil Valentini**
Movimento Hip-Hop como manifestação cultural: Uma análise do léxico de letras de rap em Foz do Iguaçu. **(autor(es/as): RONALDO SILVA)**
INTEGRALIZAÇÃO LATINOAMERICANA: AFIRMAÇÃO CULTURAL OU JOGADA IMPERALISTA? **(autor(es/as): Victor Alves Pereira)**
Sankofá- Abaetê: Construindo diretrizes, resgatando nossas raízes **(autor(es/as): Vilisa Rudenco Gomes)**
SAÚDE SEM FRONTEIRAS - REDE BINACIONAL DE SAÚDE NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI **(autor(es/as): Daniela da Rosa Curcio et alii.)**

MR4.2. Apropriação, Usos do Território e Práticas Sociais Diferenciadas

EMENTA

Os trabalhos da presente mesa circunscrevem-se às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelos participantes, que têm como referência diferentes sujeitos (quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores rurais dentre outros) e práticas sociais, em distintos contextos. Os trabalhos explicitam diversos aspectos da problemática relativa à organização, apropriação e uso do território. O fio condutor das reflexões está referido às diferentes formas e estratégias utilizadas por esses sujeitos face às definições e redefinições recentes do território.

Coordenador: Joaquim Shiraishi Neto: Universidade estadual do Amazonas - (UEA - BRASIL)
Luís Fernando Cardoso e Cardoso: Universidade Federal do Pará - (UFPA - BRASIL)
Rosirene Martins Lima: Universidade estadual do Maranhão - (UEMA - BRASIL)
Ana Paulina Aguiar Soares: Universidade estadual do Amazonas – (UEA - BRASIL)

MEMÓRIAS DA GUERRA DO CONTESTADO- A CULTURA POPULAR ATRAVÉS DA RELIGIOSIDADE NO MONGE JOÃO MARIA DE JESUS EM MARILÂNDIA DO SUL. **(autor(es/as): Bruno Augusto Florentino)**
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUA INTERFACE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP **(autor(es/as): CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS)**
REFLEXÕES ENTRE A MANUTENÇÃO DAS IDENTIFICAÇÕES RURAIS E A INFLUÊNCIA DAS MODERNIDADES NA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI - PONTA GROSSA (PR) **(autor(es/as): FABELIS MANFRON PRETTO)**
ÍNDIOS, TAPUIOS E "CABOCOS". CULTURAS E IDENTIDADES MARGINAIS NA MANAUS DE ONTEM E HOJE. **(autor(es/as): PAULO MARREIRO DOS SANTOS JÚNIOR)**
TOPOFILIA & TOPOFOBIA – TOPOCIDIO & TOPO-REABILITAÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA EXPRESSA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE DIAMANTINA-MG **(autor(es/as): RAHYAN DE CARVALHO ALVES)**
A RELAÇÃO SER HUMANO/ NATUREZA – REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO. **(autor(es/as): ROSANA BARROSO MIRANDA).**

MR4.3. Territórios, Memórias e Identidades latino-americanas

As ciências humanas e em especial as sociais desenvolveram no século XX teorias e metodologias para compreender e explicar como se elaboraram concepções de territórios, memórias e identidades, sobretudo na produção intelectual latino-americana. Atualmente,os estudos de caráter socioambiental contribuem sobremaneira com esses avanços, especialmente se forem considerados os aportes da antropologia, da geografia cultural, da história, da psicologia social e da sociologia. Além de localizar esses avanços, é fundamental trazer para o debate os resultados das pesquisas realizadas com esses múltiplos enfoques entre as dimensões da natureza e da sociedade

Coordenação: Salete Kozel – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Maria Geralda de Almeida: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade de Goiás - (IESA/UFG – BRASIL)
Álvaro Luiz Heidrich: Universidade Federal do rio Grande do Sul – (UFRGS – BRASIL)
Sandra Valeska Fernandez Castillo: Universidad de Concepción - (CHILE)
Alicia M. Lindon Villoria: Universidad Autónoma Metropolitana - (UAM – MÉXICO)

4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

"OUTROS" IMAGINADOS: AS REPRESENTAÇÕES DOS CIDADÃOS LATINO-AMERICANOS SOBRE AS CIDADES PRÓXIMAS E DISTANTES **(autor(es/as): carla beatriz santos menegaz)**
100 Anos de História: Alguns Elementos Formadores da Identidade Cultural do Território do Contestado **(autor(es/as): FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR)**
Guimarães Rosa no labirinto chamado América Latina **(autor(es/as): iolanda cristina dos santos)**
Los lugares de Memoria como lugares de Aprendizaje, tres estudios de caso: Santiago de Chile y Medellín-Colombia" **(autor(es/as): Karen Andrea Vásquez Puerta)**
A FESTA KALUNGA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA: IDENTIDADE TERRITORIAL E REAPROXIMAÇÃO ÉTNICA **(autor(es/as): Luana Nunes Martins de Lima)**
REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E SIMBÓLICAS: AS IDENTIDADES DAS FESTAS DO BOI-A-SERRA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO **(autor(es/as): Maisa França Teixeira)**
A construção do Patrimônio Cultural a partir do imaginário da população de Marechal Cândido Rondon - PR: um estudo sobre o lugar de memória Casa Gasa **(autor(es/as): Paulo Henrique Heitor Polon)**
A INFLUÊNCIA DO TURISMO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: O CASO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO **(autor(es/as): Saulo Ribeiro dos Santos)**
IDENTIDADE E FÉ NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE **(autor(es/as): Solimar Guindo Messi as Bonjardim)**

MR4.4. Espaço, gênero e sexualidades na América Latina

EMENTA

A mesa redonda tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as relações de gênero que envolvem o processo de organização social, econômica e cultural dos territórios da América Latina, evidenciando as hierarquias e desigualdades baseadas nos papéis sociais insitutídos para homens e mulheres.

Coordenadora: Joseli Maria Silva - Universidade Estadual de Ponta Grossa – (UEPG - BRASIL)
Marlene Tamanini: Universidade Federal do Paraná – (UFPR - BRASIL)
Diana Lan: Universidad Nacional del Centro – (UNC - ARGENTINA)
Maria das Graças Silva Nascimento Silva: Universidade Federal de Rondônia – (UFR – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E A CULTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS **(autor(es/as): ALEXANDRA PINGRET)**
PELOTÓN MARIANA GRAJALES:O OLHAR DA REVISTA MUJERES NO ANO DE 1971 **(autor(es/as): Andréa Mazurok Schactae)**
NA ARGENTINA TANGOS, NO BRASIL TRAGÉDIAS! LÁ MATRIMONIO IGUALITÁRIO, AQUI UNIÃO CIVIL **(autor(es/as): CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES)**
ECONOMIA SOLIDÁRIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E COLETADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL: LIMITES E AVANÇOS **(autor(es/as): Edinara Terezinha de Andrade)**
As mulheres do tráfico e a violência de gênero **(autor(es/as): Fernanda Pereira Luz)**
ARTICULAÇÕES EM REDE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DE CDDLA E "CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR" NO BRASIL **(autor(es/as): Francine Magalhães Brites)**
OS SUJEITOS NA MARGEM DA CULTURA - CONFLITOS NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS LATINO AMERICANOS **(autor(es/as): Gustavo Luiz Ferreira Santos)**
Habilidades Sociais e Sexualidade: A construção Identitária na Adolescência **(autor(es/as): Priscilla de Castro Campos Leitner)**
AS UNIÕES HOMOAFETIVAS CONFORME O BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE E UMA PROTEÇÃO NORMATIVA GLOBAL: GARANTINDO DIREITOS HUMANOS **(autor(es/as): Rafael da Silva Santiago)**
POLITICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE LGBT NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS APLICABILIDADES NO CONTEXTO DA EJA E PROEJA **(autor(es/as): Reinaldo Kovalski de Araujo)**
O MEDO NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO DA PERIFERIA DE DIFERENTES ÁREAS URBANAS DE PONTA GROSSA, PR **(autor(es/as): RENATO PEREIRA)**

MR4.5. Sociedades Tradicionais: imagens, tempo, espaço e saberes sobre a natureza

EMENTA

Em sua interação com a natureza, com distintas conformações, as chamadas "sociedades tradicionais" ou as sociedades originárias, constroem, historicamente, em seu universo mental, imaginário e práticas ecoprodutivas, uma cultura própria que envolve o conhecimento e respeito aos ciclos e movimentos naturais, atribuindo significado à sua vida material e imaterial – aos espaços ou territórios de que fazem parte. Isso envolve ritmos de tempo diferenciados dos ritmos caracteristicamente produtivistas que regem as sociedades urbano-industriais, os quais se pautam, fundamentalmente, numa temporalidade cronometrada e aritimetizada – no tempo da fábrica. Contrapor essas diferentes culturas, em sua lógica própria, focalizando, particularmente, as imagens, ritmos temporais, territorialidades e saberes patrimoniais das "sociedades tradicionais" e/ou originárias, significa pensarmos numa política de futuro na qual se inscreva o grande legado que tais sociedades detêm no trato com a natureza, com base em sua cosmovisão, práticas e expressões culturais próprias, para a construção de novas formas societárias, numa síntese histórica, de futuros inéditos.

Coordenadora: Lúcia Helena de Oliveira Cunha: Universidade Federal do Paraná (UFPR – BRASIL)
Carlos Galano: Universidad Nacional de Rosário - (UNR- ARGENTINA)
Carlos Walter Porto Gonçalves: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - (UERJ- BRASIL)
Liliana Porto: Universidade Federal do Paraná - (UFPR-BRASIL)
Arturo Argueta: Universidad Nacional Autónoma de México - (UNAM-MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

MULTICULTURALISMO, TURISMO E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CAMPOS DE COEXISTÊNCIA E VIVENCIALIDADE? **(autor(es/as): Isabel Jurema Grimm)**
Seringueiros do Acre - Imaginário e Paisagem Cultural (autor(es/as): Janaína Mourão Freire).
AS PAISAGENS CULTURAIS DO/NO ESPAÇO FESTIVO DA COMUNIDADE ENGENHO II EM CAVALCANTE – GOIÁS: UM OLHAR À LUZ DA GEOGRAFIA CULTURAL **(autor(es/as): JORGEANNY DE FATIMA RODRIGUES MOREIRA)**
RECONHECIMENTO DAS ICCAS (AREAS CONSERVADAS POR COMUNIDADES INDIGENAS E LOCAIS) NAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: DISCUSSÕES ATUAIS. **(autor(es/as): Luciene Cristina Risso)**

MR4.6. História e Literatura na América Latina

EMENTA

Na produção historiográfica recente, a literatura vem surgindo como uma fonte que oferece importantes recursos de análise da sociedade. Incorporada solidamente no conjunto de inovações de fontes, métodos e problemáticas que há algumas décadas transformaram a experiência da pesquisa histórica, a literatura está presente hoje numa pluralidade de estudos que pretendem compreender o intricado universo das experiências mais subjetivas de homens e mulheres. Na América Latina a literatura tem ocupado importante papel no movimento da sociedade. Seja ela abordada desde o ponto de vista da materialidade do livro, da localização social do escritor, de suas "redes de interlocução", bem como numa análise dos significados do texto, das representações da realidade que ele traz. Pensar a América Latina desde o ponto de vista dessa relação é a reflexão central que norteia o debate aqui proposto

Coordenadora: Ana Amélia de Moura C. de Melo: Universidade Federal do Ceará (UFC - BRASIL)
Tracy Devine Guzman: Duke University of Miami – (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA)
Soledad Falabella Luco: Universidad Diego Portales – (UDP - CHILE)
Adelaide Maria Gonçalves Pereira: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)
Ivone Cordeiro Barbosa: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Cartas de Nova York - José Martí Correspondente **(autor(es/as): Amanda Leite de Sampaio)**
O TURISTA APRENDIZ, DE MÁRIO DE ANDRADE VERSUS EL ZORRO DE ARRIBA Y EL ZORRO DE ABAJO, DE JOSÉ MARIA ARGUEDAS – UMA APROXIMAÇÃO LITERÁRIA E SOCIOLÓGICA NO PANORAMA LATINO AMERICANO **(autor(es/as): CRISTIANO MELLO DE OLIVEIRA)**
O espaço da ficção na identidade em invenção e memória, de Lygia Fagundes Telles **(autor(es/as): Fernando de Moraes Gebra)**
Jorge Luis Borges e o Populismo Argentino (1946-1955) **(autor(es/as): Fernando de Moraes Gebra)**
Bahia 1860: o Brasil de Maximiliamo **(autor(es/as): Flávia Silvestre Oliveira)**
OS INTELECTUAIS E A NOVA ATENAS: Um estudo das representações nas obras dos literatos maranhenses no início da Primeira República **(autor(es/as): PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS)**

MR4.7. - Interculturalidade, Identidades e Arte Latinoamericana.

EMENTA

A mesa propõe-se a discutir as questões anunciadas, do ponto de vista da crítica de arte e dos artistas, aqui representados por Hector Guido (teatro) e Pavel Egüez (artes plásticas). A partir do enfoque das políticas de subjetivação e suas interfaces (Suely Rolnik) e da interculturalidade que se acentua na resistência da arte em tempos globais, observada, sobretudo, nas zonas transitórias (Ticio Escobar), quer desencadear o debate sobre os recursos críticos e expressivos que se manifestam na arte atual da nossa América, frente ao "esteticismo brando" regido pelos mercados globais, que desvia o capital simbólico e gera territórios homogeneizados

Coordenadora: Mariza Bertoli – Universidade de São Paulo – (USP – BRASIL)
Maria José Justino: Escola de Música e Belas Artes do Paraná - (EMBAP-PR - BRASIL)
Ticio Escobar: Ministro da Cultura do Paraguay - (PARAGUAY)
Hector Guido: Diretor de Cultura de Montevidéu - (URUGUAI)
Gustavo Pavel Egüez: Artista Plástico - (EQUADOR)

RESUMOS APROVADOS

Entre balas e belas - Comunicação e Moda nas favelas cariocas **(autor(es/as): Alexandra Santo Anastacio)**
PAISAGENS CULTURAIS E FRONTEIRAS **(autor(es/as): Beatriz Helena Furlanetto)**
INDÍGENAS: ENTRE REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS **(autor(es/as): Eder Augusto Gurski)**
DE LA CULTURA ORAL A LA DIGITAL: SABERES, MEMORIAS Y NARRATIVAS EN LA TRANSCULTURA. PERSPECTIVAS DESDE LA UNIVERSIDAD INDÍGENA DE VENEZUELA **(autor(es/as): Fabiana Anciutti Orreda)**
O ATOR E O GRUPO: DISCURSOS SOBRE O TEATRO FEITO NA UNIVERSIDADE **(autor(es/as): JEAN CARLOS GONÇALVES**
FESTAS POPULARES E SUAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS: LUGAR DE PROMOÇÃO DO PERTENCIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS SUBALTERNAS. **(autor(es/as): Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama)**
ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011) **(autor(es/as): marcello de souza Freitas)**
SUSTENTABILIDADE CULTURAL: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DE PEQUENOS ACERVOS - RELATO DE EXPERIÊNCIA **(autor(es/as): Rafael Schultz Myczkowski)**
FALA JUVENTUDE! UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, CULTURA E LAZER (autor(es/as): Sandra Rangel de Souza)
O Autorretrato Ampliado **(autor(es/as): Terezinha Pacheco dos Santos Lima)**

FALA JUVENTUDE! UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, CULTURA E LAZER

Sandra Rangel de Souza – Mestranda do Curso de Pós-graduação em Políticas Sociais
da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
e-mail: sandrasrsr@gmail.com

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo identificar a relação entre a cultura e as formas de lazer e os usos do tempo livre de jovens, bem como analisar os comportamentos juvenis sobre essa questão. Há ainda, a proposta de compreensão da importância da cultura na formação identitária da juventude, destacando a necessidade de sua efetivação enquanto política pública voltada para este segmento. Por meio da abordagem qualitativa, pretende-se realizar uma investigação que considere as diversas formas de ser jovem com os limites e as possibilidades vivenciadas por este segmento. Sendo assim, a proposta deste artigo é fazer um resgate do conceito de juventude e analisar a importância da democratização cultural como percurso para uma cidadania ativa.

INTRODUÇÃO

A juventude é um tema cada vez mais presente na sociedade contemporânea, tanto nos espaços acadêmicos de discussão e investigação como no planejamento, execução e desenvolvimento de políticas públicas. Podemos citar dois bons exemplos recentes relativos ao segundo item; o primeiro diz respeito ao alargamento da categoria idade que contempla a juventude em estudos demográficos, antes compreendida entre 15 e 24 anos, atualmente de 15 a 29 anos. O segundo diz respeito à aprovação do Estatuto da Juventude na Câmara de Deputados em 2011.

A juventude é uma categoria heterogênea, mesmo na esfera do tempo livre e do lazer, especialmente por razões socioeconômicas. Não pode, assim, ser rotulada essencialmente pela fruição de entretenimentos desinteressados e distantes da realidade e das relações sociais. É, sobretudo, no tempo livre e de lazer que os jovens edificam suas normas e experiências, identidades e expressões culturais.

Abordar a relação entre cultura, lazer e juventude exige perceber como os jovens vivem essa "juventude": as vulnerabilidades e potencialidades contidas em suas condições de vida e a pluralidade de expressões culturais que emergem da experiência dos grupos juvenis espalhados. Mas também é necessário observar os impedimentos reais e as possibilidades de promover a cidadania cultural de jovens, para que a fruição e a produção cultural deixem de ser privilégio de poucas pessoas.

Para tanto, pretendemos compreender: Até que ponto ao estarem inseridos em grupos/classes heterogêneas sociais, os jovens apresentam possibilidades e condições de cultura e lazer diferentes? Em que medida o lazer e a cultura são compreendidos pelos jovens como constituidores de suas identidades e direitos? Em que medida os jovens gastam o seu tempo livre em atividades que envolvem cultura e lazer em espaços públicos, quando há políticas culturais e/ou em espaços privados?

Pretende-se, por meio deste estudo comparativo entre jovens das escolas pública e privada, conhecer a realidade destes no campo da cultura, no que se refere às possibilidades de lazer e sua relação com a identidade juvenil, em nosso município. A presente pesquisa faz uso da coleta de dados quantitativos e qualitativos por meio dos seguintes procedimentos, em ambas as escolas selecionadas; aplicação de questionários individuais aos sujeitos da pesquisa – jovens estudantes do 3° ano do ensino médio das duas realidades - que buscará dados sobre as representações e acesso dos jovens as atividades culturais e o lazer. Entrevistas individuais com uma amostragem de alunos que responderam aos questionários. Formação de grupos focais – entrevistas com os jovens

voluntários (advindos das entrevistas individuais) que analisarão e debaterão os resultados principais do questionário e da entrevista, produzindo significados e ressignificados coletivos e trarão elementos para a compreensão da questão.

Partindo de uma abordagem qualitativa, no primeiro momento, refletiremos sobre alguns olhares referentes à categoria juventude; depois, traremos à reflexão a relação cultura e identidade e sua importância na formação identitária da juventude e, por fim, discutiremos sobre o acesso e a necessidade de políticas públicas de juventude, no campo da cultura, do lazer e do tempo livre, e a participação da juventude nesse processo. Atualmente nosso estudo encontra-se na etapa de trabalho de campo, por isso nossas análises são pré-liminares baseadas na pesquisa bibliográfica.

O LUGAR SOCIAL DAS JUVENTUDES

O tema juventude tem tido expressiva relevância no Brasil de forma bastante intensa nos últimos anos, ampliando e diversificando os focos anteriormente existentes e colocando novas questões e desafios para a construção de diagnósticos e instrumentos de trabalho para quem atua em ações dirigidas aos jovens.

No Brasil, há hoje uma diversidade de atores neste campo, com visões diferentes a respeito da juventude, diferentes modos pelos quais definem o público foco de sua ação e diferentes posições a respeito de como estes devem se tornar assunto para políticas públicas.

Segundo Oscar Dávila (2005: 12): “Por trás de toda política se encontra uma noção determinada dos sujeitos a quem se destina e suas problemáticas concretas, e dependerá dessa noção o tipo de políticas e programas que se geram como resposta.” Para tanto, faz-se necessário entender os diferentes modos de compreender e conceituar a juventude, para que possamos descortinar o campo das políticas para este segmento.

O significado da juventude pode ser desenvolvido por várias perspectivas: como uma faixa etária, uma geração, um período da vida, um contingente populacional, uma categoria social. Todas essas demarcações se conectam, de algum modo, à dimensão de fase do ciclo vital entre a infância e a maturidade. Ainda que os limites etários não possam ser definidos rigidamente, há uma correspondência com a faixa de idade. Para análises demográficas, é a partir dessa dimensão também que ganha sentido a proposição de um recorte de referências etárias.

A noção de geração está ligada à similitude de experiências e questões dos sujeitos que nasceram num determinado período histórico, e que vivem os processos das

diferentes fases do ciclo de vida sob os mesmos condicionantes das conjunturas históricas. É esta singularidade que pode também fazer com que a juventude se torne visível e produza interferências como uma categoria social. Pretendemos fazer aqui uma breve caracterização do uso corrente que o termo tem assumido no Brasil. Normalmente, quando psicólogos vão descrever ou realizar referências aos processos que marcam esta fase da vida (a puberdade, as oscilações emocionais, as características comportamentais que são desencadeadas pelas mudanças de status etc.) usam o termo adolescência. Quando sociólogos, demógrafos e historiadores se referem à categoria social, como segmento da população, como geração no contexto histórico, ou como atores no espaço público, o termo mais usado é juventude.

No Brasil, dos anos 80 até recentemente, a fase reconhecida como adolescência foi dominante no debate público, na mídia e no campo das ações sociais e estatais. Fruto de um importante movimento social, em defesa dos direitos da infância e adolescência, contribuiu para a emersão de uma nova noção social, centrada na visão de adolescência como fase especial do ciclo de vida, que exige cuidados e proteção especiais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi a legislação fruto desta luta, pois avança na direção de que crianças e adolescentes, são sujeitos de direitos. Estabelecendo ainda, os direitos da adolescência, como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade (incompletos), tornou-se uma referência para a sociedade, provocando vários tipos de ações, programas e políticas sociais para estes segmentos, principalmente para aqueles considerados em risco ou vulnerabilidade social pela ausência do atendimento dos direitos estabelecidos.

Até metade dos anos 90, não só o termo juventude como os jovens com mais de 18 anos, estiveram por muito tempo ausentes da tematização social, mas uma nova manifestação do tema será lançada, centrada na preocupação social com os problemas vividos ou representados pelos jovens. Essencialmente relacionados às dificuldades de inserção e integração social numa conjuntura marcada pela extensão dos fenômenos de exclusão decorrentes da crise do trabalho, e do aumento da violência, resultando em profundas dificuldades de estruturar projetos de vida.

A defesa dos direitos das crianças e adolescentes, centradas nos fundamentos da proteção e tutela para garantir um desenvolvimento adequado dos sujeitos até atingir a maioridade, se mostraram insuficientes de produzirem as respostas esperadas. Levando-se em consideração os jovens com mais 18 anos que alcançaram a maioridade, mas estão ainda num período distinto da idade adulta, justamente por estarem ainda estabelecendo seus espaços e modos de inserção. Neste sentido:

> “As respostas que estavam sendo produzidas no sentido da formação e preparação para uma vida adulta futura não se mostraram suficientes para dar conta dos dilemas vividos nos processos de busca de construção da inserção, da experimentação, da participação, que se colocam com muito mais intensidade nesta fase da vida do que para a infância e primeira adolescência. É nesse sentido que o tema da juventude, para além da adolescência, se coloca como um novo problema político no país, demandando novos diagnósticos e respostas no plano das políticas.” (Dávila, 2005: 07)

Assim, se alarga a noção de juventude, ao mesmo tempo em que surgem novas alternativas de distinção dos diferentes segmentos neste grupo ampliado, que podem também corresponder a distintos tipos de delimitações.

Os conceitos de juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais vieram adquirindo denotações e delimitações diferentes. De acordo com Bourdieu (1983:43), não se deve incidir no erro de falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma faixa etária.

Segundo Morch (1996, apud FREITAS, 2005: 12), o conceito da juventude deve levar em consideração o seu contexto histórico, na medida em que esta categoria é uma construção histórica, que responde a condições sociais específicas que se deram com as mudanças sociais que produziram a emergência do capitalismo, o qual contribuiu para o denominado espaço simbólico que tornou possível o surgimento da juventude. Desta forma, a juventude é conceituada como uma categoria etária (nos estudos sociodemográfica), como etapa de amadurecimento (áreas sexual, afetiva, social, intelectual e físico/motora) e como sub-cultura.

Vista como categoria etária, algumas considerações podem ser feitas de acordo com os contextos sociais e os fins com que se deseja utilizar a dimensão sociodemográfica. Tem-se utilizado a faixa etária entre os 12 e 18 anos para designar a adolescência; e para a juventude, aproximadamente entre os 15 e 29 anos[1] de idade, dividindo- se em três subgrupos etários: de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Mas estes não são parâmetros fixos, o período juvenil pode ser diminuído ou estendido conforme em algumas formulações de políticas públicas dirigidas ao setor juvenil, como no caso de Costa Rica em sua “Política Pública da Pessoa Jovem”. Devido a uma necessidade de contar com demarcações operacionais no campo das políticas de adolescência e juventude, nos países ibero-americanos verifica-se uma diferenciação nas faixas etárias utilizadas. Por exemplo, entre 7 e 18 anos em El Salvador; entre 12 e 26 na Colômbia; entre 12 e 35 na Costa Rica; entre 12 e 29 no México; entre 14 e 30 na Argentina; entre 15 e 24 na Bolívia, Equador, Peru, República Dominicana; entre 15 e 25

na Guatemala e Portugal; entre 15 e 29 no Chile, Cuba, Espanha, Panamá e Paraguai; entre os 18 e 30 na Nicarágua; e em Honduras, a população jovem corresponde aos menores de 25 anos (CEPAL e OIJ, 2008:290-291).

A categoria etária não é suficiente para a análise da juventude, mas é necessária para marcar algumas delimitações iniciais e básicas, mas não orientadas na direção de homogeneizar esta categoria etária para o conjunto dos sujeitos que têm uma idade em uma determinada faixa. Até porque, no plano jurídico e das políticas públicas no Brasil, os jovens que encontram-se na adolescência são legalmente sujeitos do sistema de proteção social, devido a Lei 8.060/90, o estatuto da Criança e do Adolescente. Os jovens a partir de 18 anos tem reivindicado o seu espaço nas políticas públicas, no ano de 2011 foi aprovado na Câmara de Deputados o Estatuto da Juventude que cria e amplia várias políticas para os jovens, estendendo a idade para 29 anos. Claro que nas reivindicações, existiam ações pertinentes ao campo cultural, o que nos faz questionar: Será que as políticas públicas levam em consideração os anseios culturais dos jovens, no que diz respeito à heterogeneidade das suas idades? Na presente pesquisa, buscamos compreender como os jovens de 15 a 29 anos, alunos do ensino médio, experienciam a cultura em seu lazer e tempo livre. Para isso, não podemos desconsiderar as características e os desejos que acompanham as faixas etárias.

O conceito de juventude recebeu inúmeros significados: serve tanto para designar um estado de ânimo, como para qualificar o novo e o atual. Do nosso ponto de vista, este conceito deve ser tratado desde a diversidade de seus setores, onde caberia perguntar-se, como bem aponta Abramo (1994:1): desde quando começamos a construir uma definição de juventude, sem que as diferenças de classes sociais e os contextos sócio-culturais estivessem sobre as identidades das categorias de juventude?

> **"**A noção mais geral e usual do termo juventude, se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social**"** (Abramo, 1994:1).

A juventude não consiste numa categoria heterogênea, pois um jovem de uma zona rural não tem a mesma significação etária que um jovem da cidade, como tampouco os de setores marginalizados e as classes de altos ingressos econômicos. Não se pode

estabelecer assim, um critério de idade universal que seja válido para todos os sectores e todas as épocas: a idade se transforma somente em um referente demográfico.

A juventude deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas tem suas especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento específico, mas não se reduz a uma passagem. Esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Segundo Dayrell:

> "a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. De um lado há um caráter universal, dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária. De outro, há diferentes construções históricas e sociais relacionadas a esse tempo/ciclo da vida. De maneira geral, podemos dizer que a entrada da juventude se faz pela fase que chamamos de "adolescência" e é marcada por transformações biológicas, psicológicas e de inserção social. É nessa fase que fisicamente se adquire o poder de procriar, que a pessoa dá sinais de ter necessidade de menos proteção por parte da família, que começa a assumir responsabilidades, a buscar a independência e a dar provas de autossuficiência, dentre outros sinais corporais e psicológicos" (1999: 28).

Enfim, pode se afirmar que não existe uma única maneira de ser jovem, o que nos leva a ressaltar a noção de juventudes para explicitar a diversidade de formas de ser jovem. Nesse sentido, é fundamental construir, em conjunto com os próprios jovens, um perfil do grupo com o qual se realizará a pesquisa, detectando quem são eles, como constroem o modo de ser jovens, as suas demandas, necessidades e expectativas e como vivenciam a cultura no seu tempo livre e lazer.

JUVENTUDES, CULTURA E IDENTIDADE

A vivência da juventude se dá como vimos de formas diferenciadas de acordo com as suas especificidades pessoais e o contexto sociocultural. Momento de inserção social, de experimentação, possibilitando novas vivências, trazendo conhecimento de si e do mundo.

Na nossa cultura, apesar das especificidades, existem tendências que se apresentam. Mudanças no corpo, as novas formas de relações sociais, as novas formas de relacionamento e de interação com o outro. Segundo Dayrell (1999: 29):

> "as mudanças corporais são acompanhadas de questionamentos sobre a nova imagem, provocando temor, angústia e, dentro da ambivalência característica dessa fase, alegrias pela descoberta de novas emoções. Novas relações começam a se estabelecer entre os sexos num período de novas experimentações de sua capacidade de atrair e ser atraído, mais difícil para uns, mais fácil para outros, lidando com as novas possibilidades de relacionamentos e com as descobertas sexuais. Em todo este processo, lidam com as oscilações constantes, querendo e temendo ser independentes, querendo ser adultos e ao mesmo tempo crianças, querendo namorar e brincar. Esse período também é marcado por novas possibilidades de compreensão do mundo."

Novas possibilidades que trazem sentimentos e situações contraditórias, onde ao mesmo tempo experimentam o deslumbramento e o temor. O jovem torna-se capaz de se ver como indivíduo que participa da dimensão individual e social, exercendo e recebendo influência. Ainda segundo Dayrell:

> "Essa fase da vida pode ser crucial para que o jovem possa se desenvolver plenamente como adulto e cidadão, sendo necessários tempos, espaços e relações de qualidade que possibilitem a cada um experimentar e desenvolver todas as suas potencialidades" (1999: 31).

A partir destas experiências e vivências é que os jovens questionam sobre quem são e sua identidade. A identidade entendida como produções culturais e sociais que fazem parte de sistemas e práticas de significação, nos quais adquirem sentidos. A identidade não poderia ser compreendida como criações fixas e estáveis, simples e "positiva", como se fosse possível "ser aquilo que se é". Nesse sentido, a positividade se refere e diz respeito à tendência que temos de pensar a identidade como algo fixo e natural. Tal positividade constitui o centro de muitas discussões na perspectiva cultural e se constitui como concepção da modernidade baseada na idéia do sujeito cartesiano. Seria como se o indivíduo estivesse totalmente separado da sociedade, sem dialogar e interagir com o meio social, como se a identidade constitui-se apenas do fator pessoal, vem daí a idéia da identidade vista como essência, natural ao indivíduo.

Hall (2000:21) discute no artigo "Quem precisa da identidade?", como o conceito de identidade opera "sob rasura"[2], explicitando que este deve ser articulado a partir de contextualizações. Ao problematizar a identidade no contexto da pós-modernidade, pensa a identidade e a partir da diferença, o que lhe é exterior, destacando o seu caráter relacional (HALL, 2000; DAYRELL 1999).

A identidade e a diferença são construções não fixas e estáveis, ou seja, como produções culturais e sociais que fazem parte de sistemas e práticas de significação, nas quais adquirem sentidos. De acordo com Hall (1997, p. 21-22) as transformações ocorridas no modo de vida das pessoas, tais como:

> "(...) o declínio do trabalho na indústria e o crescimento dos serviços e outros tipos de ocupação, com seus diversos estilos de vida, (...) a diversificação de arranjos familiares; (...) a redução (...) da autoridade dos padrões morais e sociais tradicionais e das sanções sobre as condutas dos jovens provocaram impactos de âmbito local e global."

Estas informações proporcionam as condições e possibilidades para percebermos as múltiplas formas de ser e viver a juventude na contemporaneidade. Podemos notar,

por exemplo, a relação com a idade cronológica vivenciada pelas sociedades ocidentais. O que é permitido a um jovem pode ser ridículo para um adulto. A sociedade impõem uma certa identidade de acordo a idade.

A influência da cultura na vida cotidiana, assim como em esferas mais amplas, extrapola fronteiras e passa a atuar na própria identidade. Desta concepção podemos extrair a idéia de que há uma relação intrínseca entre cultura e identidade, esta relação pode ser aliada, segundo a teorização cultural e social, às noções de linguagem e poder (Hall, 1997:28).

Desta forma, entendemos a cultura como "significados partilhados", e a linguagem, o meio através do qual tais significados são produzidos e colocados em circulação. Nessa perspectiva, denominada por Hall (1997:49) de abordagem construcionista da representação, o poder irá atuar e circular produzindo significados ou identificações com maior visibilidade e aceitação em detrimento de outros. Sendo assim, são levados em consideração tanto a dinâmica pela qual os sistemas culturais são continuamente atualizados como o vínculo entre cultura e vida social, já que são esses "sentidos e significados que tornam possíveis e compreensíveis as condutas sociais" (Geertz, 1978:56). Nesse processo, os grupos sociais organizam e explicam suas formas de estar no mundo e constroem identidades. Podemos então, compreender as práticas dos grupos juvenis (tanto nos agrupamentos formalizados como nos informais e cotidianos) como espaços de construção de cultura. Esses espaços se constituem em redes de relações, nas quais regras e práticas são confrontadas, negociadas e reinterpretadas. Se os grupos têm vivências diferentes, em condições também diferenciadas, a cultura também precisa ser pensada no plural, a exemplo do conceito de juventude (Novaes, 1998:5).

Hall (2003;07) apresenta três concepções diferenciadas de identidade, quais sejam: a do sujeito do Iluminismo, que estaria amparada em um sujeito centrado e de caráter essencialista; do sujeito sociológico, que compreenderia certa estabilidade da interação entre o sujeito e o mundo cultural; e do sujeito pós-moderno, que seria composto de várias e, muitas vezes, contraditórias identidades. As três divisões apresentadas não têm caráter evolutivo da noção de sujeito, mas demarcam como tais noções, criadas ao longo da Modernidade, não fazem mais sentido diante da nossa atual percepção da multiplicidade de possíveis identidades que podemos assumir, ainda que temporariamente. Adotaremos como concepção teórica a terceira subdivisão apresentada por Hall que corresponde ao terceiro "tipo" de sujeito.

De modo semelhante, em nosso estudo, direcionamos a atenção não somente para os sujeitos jovens, mas também para as práticas e produções culturais experimentadas

pelos mesmos e seus possíveis efeitos nos processo identitários, pois nas palavras de Hall (2000: 106) “ela (identidade) não é, nunca, completamente determinada – no sentido de que se pode sempre, ‘ganhá-la’ ou ‘perdê-la’; no sentido de que ela pode sempre ser, sustentada ou abandonada”. Retomamos os principais aspectos os quais denotam a identidade como algo que não é fixo nem possui uma essência, o indivíduo pode ocupar diversas posições de sujeito.

Há uma conexão entre cultura e diversão, fortíssima na prática dos jovens, capaz de reforçar uma percepção social que situa esse tema como algo frívolo, superficial, e, portanto secundário na atribuição de importância para a qualidade de vida; quando não pernicioso, por significar desvio de investimento de questões consideradas mais urgentes e necessárias. Muitas vezes assim também se reforça uma percepção negativa a respeito dos jovens: ao demonstrar um interesse maior pela cultura e entretenimento do que por outros assuntos, tais como economia ou política, os jovens são vistos como despreocupados, alienados e descompromissados com as questões "realmente sérias".

O lazer pode ser tempo/espaço para manifestações “livres” em que as únicas ou primordiais “funções” sejam a busca pelo prazer e pelo vínculo social - a sociabilidade identitária. O lazer segundo Joffre Dumazedier, pode ser visto como:

> “Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (1973: 34).

No campo do lazer juvenil, os autores Ana Brenner, Juarez Dayrell e Paulo Carrano (2005), quando tratam do tema “Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros”, alertam que a juventude é uma categoria heterogênea, mesmo na esfera do tempo livre e do lazer, especialmente por razões socioeconômicas. Não pode, assim, ser rotulada essencialmente pela fruição de entretenimentos desinteressados e distantes da realidade (do trabalho) e das relações sociais. Para os autores, é sobretudo no tempo livre e de lazer que os jovens edificam suas normas e experiências, identidades e expressões culturais.

Torna-se necessário contextualizar também a relação da juventude e o tempo de lazer. Carrano, Dayrell e Brenner afirmam que:

> “É principalmente nos tempos livres e nos lazeres que os jovens constroem suas próprias normas e expressões culturais, ritos, simbologias e modos de ser que os diferenciam do denominado mundo adulto. (...) Não é incomum que a sociedade enxergue nessas culturas traços de marginalidade quando estas fogem ao social e culturalmente esperado pela ‘adultez’ “ (...) (2005:176).

Abordar a relação entre cultura, lazer e juventude exige perceber como os jovens vivem essa "juventude": as vulnerabilidades e potencialidades contidas em suas condições de vida e a pluralidade de expressões culturais que emergem da experiência dos grupos juvenis espalhados por todo o país. Mas também é necessário observar os impedimentos reais e as possibilidades de promover a cidadania cultural de jovens, para que a fruição e a produção cultural deixem de ser privilégio de poucas pessoas.

Segundo Abramo os estudos sobre juventude no campo acadêmico tem se direcionado em sua maioria para a reflexão dos sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens (as instituições escolares, ou a família, ou ainda os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação "anormal" ou de risco), ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações "problemáticas" para os jovens, poucas delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações. Só recentemente tem ganhado certo volume o número de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação.

A partir destes argumentos, compreender e analisar as práticas sociais e culturais, nas quais os sujeitos jovens estão inseridos em um determinado contexto, não tem como intenção definir e delimitar uma essência ou cristalizar uma identidade juvenil contemporânea única. Pretendemos mostrar os efeitos que os diferentes e múltiplos processos de identificação pelos quais os jovens são subjetivados podem estar produzindo identidades também múltiplas e fragmentadas. Ressaltamos que tomamos neste estudo as juventudes enquanto uma construção contingencial, ou seja, que está ligada as especificidades das condições sociais, culturais e históricas nas quais está inserida.

POLÍTICA CULTURAL

O conceito de cultura foi examinada por diversos pensadores, das mais variadas áreas do conhecimento. Não pretendemos esgotar aqui a extensão ou o alcance desse conceito. Não buscamos, por isso, abarcar todas as dimensões de sua compreensão, mas expor alguns referenciais que orientaram a realização desta pesquisa.

As duas dimensões – antropológica e sociológica – são igualmente importantes, do ponto de vista de uma política pública, mas exigem estratégias diferentes de intervenção[3]. Segundo Botelho:

> "Dadas suas características estruturais, devem ser objeto de uma responsabilidade compartilhada dentro do aparato governamental em seu conjunto. A distinção entre as duas dimensões é fundamental, pois tem determinado o tipo de investimento governamental em diversos países, alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura e outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação" (2001).

O abarcamento dos termos dessas definições estabelece os parâmetros que delimitam as estratégias de suas respectivas políticas culturais, pois para cada abordagem haverá um tipo de política específica e diferente para atender aos objetivos do seu alcance.

A dimensão sociológica, diz respeito não ao plano cotidiano dos sujeitos, mas a esfera especializada. Segundo Botelho (2001:13):

> "(...) é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los."

Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso. Trata-se de um circuito organizacional que estimula por diversos meios (projetos, programas, agências de financiamento), a produção, a circulação e o consumo de bens simbólicos, o que o senso comum entende por cultura.

Este constitui o campo privilegiado das políticas culturais, onde há um aparato que visa propiciar o acesso as diversas linguagens, mesmo como prática descompromissada, mas que colabora para a formação de um público consumido de bens culturais.

A dimensão antropológica traz a perspectiva de que a cultura se produz na interação entre os indivíduos. Assim organizam seus modos de pensar e agir, constroem seus valores, suas identidades e diferenças. Nessa interação se dá a sociabilidade, permeada por fatores como: região, sexo, etnia, profissão, idade, práticas esportivas ou culturais, entre outros.

Acrescentamos a definição de cultura elaborada pelo antropólogo Clifford Geertz, para quem a cultura compõe um sistema entrelaçado de símbolos compartilhados pelos atores sociais, por meio dos quais eles se comunicam, desenvolvem seu conhecimento e

encontram sentido nos acontecimentos e nas atividades em relação à vida. Seguindo a sua interpretação, a cultura compõe a dinâmica entre o ethos de um povo e sua visão de mundo, representando uma relação circular entre os elementos valorativos de uma cultura – como seus aspectos morais e estéticos – e os aspectos cognitivos e existenciais. Segundo a definição trabalhada por Geertz:

> "O ethos de um povo é compreendido como sendo "(...) o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete (...). Por visão de mundo, concebe o quadro que o povo elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem." (1989: 143-144)

A cultura é, portanto, o contexto no qual ocorrem os acontecimentos sociais. É por meio dela que transmite-se comportamentos, constroem-se conhecimentos e se configuram instituições. É dentro desse contexto que as pessoas interagem, convivem e compartilham significados. Os significados são compartilhados assim como a cultura, dentro da qual os acontecimentos podem ser descritos de forma compreensível.

Para se formular e implantar uma política na dimensão antropológica da cultura, torna-se necessário uma reorganização das estruturas sociais e uma redistribuição de recursos econômicos. Nesta perspectiva inserem se mudanças radicais nos estilos e modos de vida dos sujeitos e em sua sociabilidade, pois cultura consiste em tudo que o ser humano elabora e produz.

Devido a esse caráter, a cultura joga papel-chave na transformação social e política, assim como na transmissão de valores, saberes e práticas de uma geração para outra.

Ao analisar o conceito de direitos culturais Yúdice (2006) os localiza num amplo conceito de cultura:

> "Os direitos culturais incluem a liberdade de se engajar na atividade cultural, falar a língua da sua escolha, (...) identificar-se com as comunidades culturais de sua escolha (...)ter educação, não deixar representar-se sem consentimento (...) e ganhar respaldo público para salvaguardar estes direitos." (Yúdice, 2006, p.41)

Como direitos humanos, os direitos culturais se desenvolvem numa dinâmica social na qual os instrumentos políticos, jurídicos, sociais, econômicos e culturais são utilizados com a finalidade de garantir o amplo acesso aos bens culturais (materiais ou imateriais de valor simbólico, afetivos, às formas de expressão e ao modo de fazer, criar e viver, entre outros.

O direito cultural é um direito fundamental, mas identificamos a inexistência de sua regulamentação como direito, ainda que previstos na Constituição Federal. No artigo 215

que trata da cultura, lê-se, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Na prática, identificamos poucas políticas capazes de garantirem o acesso às atividades e equipamentos culturais.

Temos como pressuposto para este estudo de que o papel do Estado na cultura, numa perspectiva democrática, é assegurar os direitos humanos universalmente considerados; dentre eles, destacamos a igualdade de condições para a expressão e fruição culturais. Isso deve ocorrer por meio de políticas públicas de cultura[4] que consistem na elaboração e execução de programas de fomento às práticas de criação e fruição artístico-culturais, articulados de forma sistêmica a uma política nacional de cultura. Também é responsabilidade do Estado criar e garantir condições para o acesso democrático à cultura e para a livre circulação de bens e serviços culturais.

Ao analisar a cidadania cultural e o direito à cultura, Marilena Chaui (2006: 23) concebe a cultura como trabalho da criação, da reflexão e da memória que ultrapassa e modifica o existente. A percepção da cultura enquanto trabalho envolve a sensibilidade e a crítica num processo criativo e dialético. Este processo ampara-se em leis que negam as condições e os significados imediatos da experiência, por meio de práticas e descobertas de novas significações e da abertura do tempo para o novo. O trabalho de criação cultural se opõe à visão linear da história e da memória, permitindo a afirmação das contradições, dos conflitos e lutas, bem como da criação de novos direitos, caracterizando o campo democrático da cultura.

A cultura proporciona elementos para os sujeitos se apropriarem de sua história, para que tenham consciência de seu passado e possam projetar o futuro. Dessa forma, a cultura reúne os fundamentos para que os cidadãos reivindiquem novos e outros direitos, para que abram espaços de participação e exerçam sua cidadania ativa.

A partir do aporte teórico desenvolvido pela autora Marilena Chauí, podemos traçar alguns paralelos entre cultura, democracia e cidadania. É possível identificar uma relação entre esses elementos, uma vez que são consideradas como processos dinâmicos que exigem instituições, comportamentos e constituem espaços sociais de luta. A consolidação de canais de participação e a ampliação do espaço público devem considerar a cultura política de um povo, respeitando o pluralismo, o exercício da liberdade, o acesso à informação e os mecanismos de produção e ação cultural. O princípio democrático da cidadania ativa ocorre por meio da participação popular vivenciada enquanto possibilidade de criação, transformação e controle social sobre os poderes (BENVIDES, 1991:45).

A perspectiva de cidadania cultural desenvolvida por Marilena Chaui concebe a cultura como direito dos cidadãos,

> "(...) direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural" (CHAUI, 2006: 138).

A cultura contempla a divisão de classes sociais, de identidades étnicas, de especificidades históricas e geográficas, pois deve ser compreendida como prática social e simbólica do processo de criação cultural, o que reforça a necessidade de respeitar a diversidade dos sujeitos envolvidos e suas diferenças na prática cultural.

A multiplicidade do campo da criação cultural destaca a importância e o papel do sujeito, agente, produtor, criador de cultura como sujeito de sua própria prática, autor de sua história, criador de sua memória e expressão de sua identidade. Para tanto, consideramos segundo Coelho (1997: 43) o conceito amplo de atividades culturais que vai além das definições clássicas de cultura e arte, abrangendo:

- ações praticadas pelo Estado, iniciativa privada, Terceiro Setor ou indíviduos, nas dimensões simbólica, social, econômica e criativa;

- ações cuja fruição pode ser gratuita, mediante pagamento ou mista (uma parte gratuita e outra parte paga);

- atividades realizadas nos setores de turismo, eventos, entretenimento, tecnologia de informação (desenvolvimento de software), games, comunicação, marketing, mercado editorial, publicidade, gastronomia, moda, design, novas tecnologias de informação e comunicação (hardware e software para conexão com internet) e a internet (como produto e/ou meio).

Tanto a cidadania cultural quanto o direito à cultura necessitam de possibilidades que favoreçam a produção cultural, também como forma de exercer a criação cultural. Torna-se necessário a liberdade de escolhas como oportunidade, sendo um aspecto da cidadania cultural a ser considerado no processo de democratização cultural. Segundo Marilena Chaui, faz-se necessário desenvolver uma concepção democrática do trabalho e da vida culturais:

> (...) podemos dizer que a democracia propicia uma cultura da cidadania. É nesse contexto de luta e ampliação da cidadania que podemos introduzir a idéia de cidadania cultural, ou seja, a cultura democrática abre-se para uma democracia cultural (Chaui, 2006: 140).

Não se trata de uma cidadania passiva que se dá pelo consumo, mas um espaço de conflito, pois segundo Manuel Castells o consumo "é um lugar de conflito entre classes, originados pela desigualdade da participação produtiva, ganham continuidade em relação à distribuição e à apropriação dos bens" (1983: 43). Consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-los. Desta forma, o consumo se manifesta também em uma racionalidade sóciopolítica interativa, há uma interação entre produtores e consumidores, entre emissores e receptores tal como a desenvolvem algumas correntes da antropologia e sociologia urbana.

Não faz sentido falar apenas em instrumentalização da cultura, ou não é algo capaz de explicar os fenômenos recentes. A recíproca "permeação entre cultura e economia", por exemplo, deve ser vista para além da mera mercadoria, mas "um modo de cognição, de organização social e até mesmo de tentativas de emancipação social" (Yudice, 2006:49).

Uma das formas de participação na sociedade se dá pelo consumo, assim para Garcia Canclini:

> "Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertenço e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos" (CANCLINI, 2010:29).

Ainda segundo Canclini (2010: 45) as mudanças na maneira de consumir alteraram as possibilidades e as formas de exercer a cidadania. Estas sempre estiveram associadas à capacidade de bens de consumo e à maneira de usá-los, mas supunha-se que essas diferenças foram compensadas pela igualdade em direitos abstratos que concretizava ao votar, ao sentir-se representado por um partido político ou um sindicato. Junto com a degradação política e a descrença em suas instituições, outros modos de participação se fortalecem.

A cultura, compreendida como direito de cidadania, situa os sujeitos culturais para além de sua condição de consumidores, espectadores ou contribuintes, mas os considera sujeitos políticos, trabalhadores da cultura, cidadãos responsáveis pelo trabalho de criação cultural. É preciso situar nesse campo a luta pela democratização do acesso aos bens, serviços e equipamentos culturais; mas, fundamentalmente, também reforçar o direito à fruição cultural e a expansão dos meios de difusão cultural, no sentido de garantir a liberdade de apropriação e criação de novos espaços de expressão artística e trocas culturais.

A partir destas perspectivas buscamos compreender como os jovens se relacionam com a cultura no seu tempo livre e de lazer, considerando as atividades culturais por eles praticadas.

CONLUSÃO

Os resultados ainda não são conclusivos, mas podemos identificar que os jovens vivenciam suas experiências, seja no meio familiar, na escola, no trabalho ou nas relações realizadas durante o tempo livre. Mergulhados nesse mundo cultural, os jovens vão se constituindo enquanto sujeitos por meio de experiências interativas nas quais compartilham seus valores, crenças, desafios, projetos e desilusões.

Abordar a relação entre cultura, lazer e juventude exige perceber como os jovens vivem essa "juventude": as vulnerabilidades e potencialidades contidas em suas condições de vida e a pluralidade de expressões culturais que emergem da experiência dos grupos juvenis. Mas, também é necessário observar os impedimentos reais e as possibilidades de promover a cidadania cultural de jovens, para que a fruição e a produção cultural deixem de ser privilégio de poucas pessoas.

Nessa perspectiva, entende-se que as políticas culturais devem levar em consideração os limites e as possibilidades dos grupos juvenis no campo da cultura, a fim de que se construa um percurso em direção à democratização cultural, e ainda, pautando suas ações no respeito à diversidade, onde à cidadania deixa de ser um conceito e torna-se realidade para os diversos jovens.

Notas de rodapé

[1] Nesta pesquisa, estamos adotando o mesmo recorte etário e categorizações expressas na proposta do Estatuto da Juventude,aprovado em 2011 na Câmara dos Deputados, e também incorporado pela Secretaria e Conselho Nacional de Juventude. Cabe mencionar que, no âmbito das políticas públicas, a adoção do recorte etário de 15 a 29 anos é bastante recente. Antes, geralmente era tomada por "jovem" a população na faixa etária entre 15 e 24 anos. A ampliação desta faixa para os 29 anos não é uma singularidade brasileira, configurando-se, na verdade, numa tendência geral dos países que buscam instituir políticas públicas de juventude. Há duas justificativas que prevalecem para ter ocorrido essa mudança: maior expectativa de vida para a população em geral e maior dificuldade dessa geração em ganhar autonomia em função das mudanças no mundo do trabalho.

[2] Ao tratar da questão da identidade e da diferença – centro da teoria social e da prática política hoje, Hall afirma que as antigas fontes de ancoragem da identidade (a família, o trabalho, a igreja, entre outras) estão em uma evidente crise. Novos grupos culturais se tornam visíveis na cena social, buscando afirmar suas identidades, ao mesmo tempo em que questionam a posição privilegiada das identidades até então hegemônicas. (...) a perspectiva desconstrutiva coloca certos conceitos-chave "sob rasura'. O sinal de "rasura" (X) indica que eles não servem mais – não são mais "bons para pensar" – em sua forma original, não-reconstruída. O conceito de identidade desenvolvido por Hall não é, portanto, um conceito essencialista, mas um conceito estratégico e posicional. "Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que

elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos.” (Hall, 2000)

[3] Utiliza-se aqui a categorização feita por Isaura Botelho, baseadas na teoria do sociólogo chileno José Joaquín Brunner, a qual pode se pensar de forma estratégica as políticas culturais. A separação entre essas duas dimensões permite entender a preocupação constante – e ao mesmo tempo geradora de impasses – dos gestores de políticas culturais públicas. Brunner (1993) sistematizou posições intuídas e defendidas em Botelho (2001).

[4] Segundo o Dicionário crítico de política cultural e imaginário, compreendemos política cultural como “(...) programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.” (COELHO, 1997, p. 293).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W. (1994) Cenas juvenis. São Paulo: Scritta.

ABRAMO, Helena W. (2001) Juventude e cultura. In: Cartilha Dito e feito. São Paulo. No. 4.

-------- (1997) A tematização social da juventude. Revista Brasileira de Educação, n. 5-6. São Paulo, ANPED.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo (2005) Culturas do lazer e o tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo.

BENEVIDES, Maria Victoria (1991) A cidadania ativa. São Paulo: Ática.

BOTELHO, Isaura (2001) Dimensões da cultura e políticas públicas. São Paulo, Revista São Paulo em Perspectiva, volº 15,n°2.

BOURDIEU, P.(1983) A juventude é apenas uma palavra. In: _____. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero.

BRITO LEMUS, Roberto (1996) “Hacia una sociología de la juventud”. JOVENES, Revista de Estudios Sobre Juventud Nº1. México: IMJ.

BRUNNER, J.J. (1993) “La mano visible y la mano invisible”. América Latina: cultura y modernidad. México, Editorial Grijalbo.

CANCLINI, Nestor Garcia (2010) Consumidores e Cidadãos. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

CASTELLS, Manuel (1983) A questão urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CEPAL, (2008) Juventude e coesão social na Ibero-América: Um modelo a ser construído. Santiago, CEPAL.

CHAUI, Marilena (2006) Cidadania Cultural. São Paulo: EFPA.

COELHO, Teixeira (1997) Dicionário crítico de política cultural e imaginário. São Paulo: Iluminuras.

DÁVILA, Oscar (2005) Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. de. (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo. Ação Educativa, p. 9 – 18.

DUMAZEDIER, J. (1973) Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva.

DAYRELL, Juarez (2002) O rap e o funk na socialização da juventude. Educ. Pesquisa, vol.28, n.1.

FREITAS, M. V. de (2005) Juventude e Adolescência no Brasil: Referências Conceituais. São Paulo: Ação Educativa.

GEERTZ, Clifford (1978) A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar.

HALL, S. (1997) A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Porto Alegre, In: Educação & Realidade, v.22, n.2, p. 15-46.

HALL, S. (2000) Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). Identidade e Diferença – A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, p. 103-133.

NOVAES, Regina (1078) Apresentação. In: Juventude: conflito e solidariedade. Rio de Janeiro: Iser.

SILVA, T. T. (2000) (Org.). A produção social da identidade e da diferença. In: _____. Identidade e Diferença – A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes, p.73-102.

YÚDICE, George. (2006) A conveniencia da cultura; usos da cultura na era global. Belo Horizonte; Editora UFMG/Humanitás.